

## PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2017

A Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis comemora, em 2017, 20 anos de trabalho em prol da promoção da saúde e da qualidade de vida das comunidades. Fundada em 1997 por 9 municípios, esta Rede é atualmente composta por 36 municípios associados, abrangendo cerca de 27,5% da população portuguesa. Neste âmbito, é de registar a adesão de 12 novos membros no período de vigência do atual mandato autárquico cujo término se regista em 2017.

A capacidade de crescimento que se tem registado confere a esta associação de municípios o entusiasmo para manter viva a sua missão e visão, procurando consolidar a sua intervenção e a concretização de objetivos estratégicos comuns aos municípios associados, contribuindo para a construção coletiva de mais e melhor saúde no quadro dos direitos que a Constituição da República Portuguesa confere e em consonância com a valorização do Serviço Nacional de Saúde.

Nesta medida, em 2017 procuraremos, no contexto das prioridades de ação e das Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento desta Associação de Municípios, consolidar o trabalho em rede e a intervenção nos determinantes da saúde, promovendo estilos de vida saudáveis, a prevenção de comportamentos de risco, a promoção do bem-estar mental, bem como mitigar as desigualdades em saúde dando prioridade à intervenção junto das populações mais vulneráveis e contribuindo para a melhoria no acesso aos cuidados de saúde através da implementação do Roteiro Nacional para a Saúde.

No quadro da participação da RPMS no Movimento Europeu de Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde, esta proposta de Plano de Atividades reflete, ainda, iniciativas e projetos de continuidade que se enquadram nas prioridades de ação da Saúde 2020, designadamente:

1. Investir na saúde através do ciclo de vida e da capacitação das pessoas;
2. Enfrentar os principais desafios de saúde da Região Europeia, ao nível das doenças infecciosas e das doenças não transmissíveis;
3. Fortalecer os sistemas de saúde centrados nas pessoas e a capacidade da saúde pública;
4. Criar comunidades resilientes e ambientes de apoio.

Em suma, o Plano de Atividades que se apresenta dá continuidade à concretização de uma diversidade de medidas e projetos que entroncam nos 4 eixos de ação prioritários que balizam e estruturam a atuação da RPMS, a saber: 1) (Re)Posicionar a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis no plano nacional, reforçando a sua capacidade de influência e de referência em matéria de promoção da saúde das comunidades; 2) Reforçar e estabelecer parcerias estratégicas; 3) Investir em medidas que promovam e rentabilizem o funcionamento da RPMS; 4) Continuar a investir nas Redes de Comunicação, Informação e na Formação.

<b>1. (Re)Posicionar a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis no plano nacional, reforçando a sua capacidade de influência e de referência em matéria de promoção da saúde das comunidades</b>	
a) Estabelecer parceria com o Ministério da Saúde sobre o papel estratégico que a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS) pode assumir no quadro da implementação local das estratégias do Plano Nacional de Saúde e da Saúde 2020.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover reunião com o Ministro da Saúde e estabelecer parceria formal.</li> <li>- Continuar a participar no Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde.</li> <li>- Reforço da parceria no quadro do Protocolo para a implementação do Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados.</li> </ul>
b) Estabelecer parceria com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e CIM das várias regiões do país.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião de apresentação da RPMS à ANMP</li> <li>- Trabalho de proximidade com as CIM e AM no âmbito do Roteiro Nacional para a Saúde.</li> </ul>
c) Alargar o número de membros implementando uma estratégia de divulgação da RPMS junto dos municípios Portugueses.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementar a figura de “município observador”, pelo período de um ano, findo o qual os municípios decidirão quanto à adesão à RPMS.</li> <li>- Definição de um calendário de contactos políticos com municípios não associados, envolvendo a participação dos políticos da RPMS.</li> </ul>
d) Dar continuidade à participação na plataforma de trabalho “Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS)”.	- Participação nas reuniões do FNAS
e) Prosseguir com a implementação do Roteiro Nacional para a Saúde na Área Metropolitana de	- Implementação do estudo no quadro das decisões das CIM e da

<p>Lisboa, CIM do Alto Minho, CIM da Região de Coimbra, CIM do Baixo Alentejo e CIM do Alentejo Litoral, bem como alargando a outros territórios geográficos, sustentado na rede de parcerias existente. Procurar alargar o leque de parceiros a outros institutos universitários, à Fundação Calouste Gulbenkian e à Fundação Serviço Nacional de Saúde.</p>	<p>AML.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover reunião com a Fundação Calouste Gulbenkian.</li> <li>- Promover reunião com a Fundação Serviço Nacional de Saúde.</li> </ul>
<p><b>2. Reforçar e estabelecer parcerias estratégicas</b></p>	
<p><b>De âmbito nacional com:</b></p>	
<p>a) A Direção-Geral de Saúde (DGS).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articular com a DGS o desenvolvimento das Estratégias Locais de Saúde (ELSA).</li> <li>- Continuar a participar no Grupo Técnico Consultivo para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, dinamizado pela DGS.</li> <li>- Dar continuidade à participação no Grupo de Peritos em Planeamento Urbano Saudável, dinamizado pela DGS. Nesta medida, propõe-se a elaboração de projeto piloto que visa a definição de uma <i>check list</i> de Planeamento Urbano Saudável a aplicar nos municípios.</li> </ul>
<p>b) As Administrações Regionais de Saúde.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião com as Administrações Regionais de Saúde (ARS) para apresentação do Roteiro Nacional para a Saúde, promovendo o seu envolvimento na dinamização do estudo, designadamente com ARS LVT, ARS do Norte, ARS do Centro, ARS do Alentejo e ARS do Algarve.</li> </ul>
<p>c) Os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) reforçando a articulação nomeadamente ao nível da construção dos Planos Locais de Saúde.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Objetivo específico de cada município associado.</li> <li>- Sistematização de informação sobre Planos Locais de Saúde existentes e respetiva participação dos municípios na sua construção.</li> </ul>
<p>d) Outros organismos da Administração Central relacionados com os objetivos da Rede Portuguesa</p>	<p>Reunião de apresentação da RPMS com:</p>

<p>de Municípios Saudáveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretário de Estado da Saúde.</li> <li>- Secretário de Estado das Autarquias Locais.</li> <li>- Secretário de Estado da Juventude e do Desporto.</li> <li>- Secretário de Estado do Ambiente.</li> <li>- Secretário de Estado da Educação.</li> <li>- Secretária de Estado da Segurança Social.</li> <li>- Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade.</li> <li>- Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência.</li> </ul>
<p>e) A Associação Nacional de Municípios e com as associações regionais de municípios</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover reuniões para divulgação da RPMS e do trabalho por esta preconizada, bem como na realização de iniciativas e estratégias conjuntas tendo em vista a promoção da saúde e qualidade de vida das populações desses municípios.</li> </ul>
<p>f) O Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa, designadamente ao nível da implementação do Roteiro Nacional para a Saúde e da articulação com o município da Uberlândia – Brasil, na formalização de parceria entre a RPMS e o referido município.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assinatura de Protocolo com o IGOT.</li> <li>- Retomar contactos com o município da Uberlândia firmando o objetivo de assinatura de um Protocolo tripartido (IGOT, RPMS e Uberlândia).</li> </ul>
<p>g) A Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, ao nível do diagnóstico dos Determinantes da Saúde e seu desenvolvimento no quadro do Roteiro Nacional para a Saúde.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Retomar a proposta de atualização do Protocolo com a ENSP.</li> </ul>
<p>h) A Faculdade de Motricidade Humana (FMH).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover reunião com a FMH, para discussão de metodologia de avaliação de impacto em saúde de projetos que visam a prática de atividade física.</li> </ul>
<p>i) As universidades, apoiando na elaboração dos Perfis e Planos de Desenvolvimento de Saúde.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Objetivo específico de cada município associado.</li> <li>- Esta questão poderá ser analisada no contexto da atualização do Protocolo com a</li> </ul>

	ENSP.
j) A Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), em projetos de obesidade e saúde familiar.	- Promover reunião com FCG para avaliar a possibilidade de estabelecimento de parceria neste âmbito.
<b>De âmbito internacional com:</b>	
a) A OMS reforçando o desenvolvimento de ações de cooperação que passam pela participação nas reuniões de trabalho anuais, que fomentem a aproximação a outras redes nacionais da Europa, pela possibilidade de se implementarem projetos da Rede Portuguesa rentabilizando esta parceria e pelo esforço no sentido de incentivar novas adesões nacionais fortalecendo o trabalho da RPMS.	- Participação na reunião anual que se realizará em Pécs, Hungria, de 1 a 3 de março de 2017.
<b>3. Investir em medidas que promovam e rentabilizem o funcionamento da RPMS</b>	
a) Reuniões descentralizadas do Grupo Técnico alargado seis vezes por ano.	- 6 reuniões em 6 municípios, de acordo com o seguinte calendário: janeiro, março, maio, junho/julho, setembro, novembro.
b) Intensificar uma cultura do trabalho em rede fomentando um espírito de entreajuda, de partilha de experiências e de boas práticas em saúde entre municípios em reuniões descentralizadas e fóruns de discussão.	- 3 sessões de trabalho temáticas.
c) Zelar pela implementação do documento “Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis 2015-2019” e do documento “Declaração de Setúbal – Compromisso para 10 Metas e Desafios na Promoção da Saúde”.	- Monitorização da implementação dos documentos.
d) Comemoração do 20º Aniversário da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	- Definir e implementar um calendário de atividades descentralizadas celebrando o “Dia do Município Saudável” - a desenvolver nos diversos municípios da RPMS. - Atividade de comemoração do 20º Aniversário (3 de novembro) no município de Viana do Castelo, com a participação de todos os

	<p>associados, à semelhança do que aconteceu no município de Vidigueira em 2016.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração do vídeo “20 Anos em Rede pela Saúde”.</li> <li>- Edição de um selo dos CTT – 20º Aniversário da RPMS.</li> <li>- Edição da publicação “20 Anos em Rede – Boas Práticas dos Municípios Saudáveis”.</li> <li>- Adaptação do logótipo de RPMS mencionando o 20º Aniversário. Divulgação deste logotipo nos modelos de ofício e fax de cada município associado.</li> </ul>
<p><b>4. Continuar a investir nas Redes de Comunicação, Informação e na Formação</b></p>	
a) Promover formação em áreas identificadas como prioritárias pelos municípios-membro.	- Elaboração de levantamento de necessidades de formação.
b) Elaborar a Revista “Notícias da Rede”, com periodicidade semestral.	- Manter o modelo de revista que versará sobre 2 temas a definir.
c) Monitorizar e atualizar o sítio da Internet.	- Atividade permanente promovida pelo secretariado da Rede mediante a disponibilização de informação pelos municípios associados.
d) Editar a Agenda de 2018 de Rede Portuguesa de Município Saudáveis.	- Manter o modelo de agenda que versará sobre tema a definir.
e) Traduzir, para Português, documentos da OMS, que se considerem fundamentais para o trabalho da Rede e para a divulgação do Projeto Cidades Saudáveis, em termos nacionais.	- Mediante as necessidades identificadas.
f) Participar em seminários/encontros nacionais e internacionais fundamentais para o desenvolvimento da RPMS.	- Mediante as oportunidades identificadas.
g) Pesquisar de fontes de financiamento com recurso aos fundos comunitários.	- Objetivo específico de cada município associado.

Seixal, 8 de novembro de 2016.